

BANDA LARGA

Operadoras deverão oferecer planos ilimitados

Proposta será feita pelo governo

Brasília - Em meio à polêmica da cobrança de franquia nos planos de banda larga fixa, o ministro das Comunicações, André Figueiredo, disse na quarta-feira, 20, que vai propor um termo de compromisso às operadoras de telecomunicações para que todas ofereçam planos ilimitados aos usuários com preços equilibrados. Segundo ele, a proposta do governo deve ser entregue às empresas na próxima semana.

“Nós achamos que a oferta de planos ilimitados de internet fixa podem coexistir com a oferta de planos com franquias de dados definidas. Agora, as companhias precisam respeitar os contratos vigentes e os planos de

franquia ilimitada não poderão ter preços abusivos”, disse Figueiredo. “Não aceitaremos que os consumidores sejam prejudicados”, completou.

Depois que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ameaçou ir à Justiça para fazer com que as teles cumpram o Marco Civil da Internet e não limitem o acesso dos usuários à rede, Figueiredo disse esperar que o termo de compromisso evite a judicialização da questão. “Não temo essa judicialização porque o setor dará uma resposta na próxima semana. Não haverá necessidade de se ir à Justiça. A nossa proposta protege os direitos dos usuários”, argumentou.

Na última segunda-fei-



JOÃO CRUZ / AGENCIA BRASIL

Planos de franquia ilimitada não poderão ter preços abusivos, disse o ministro André Figueiredo

ra, 18, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) emitiu uma medida cautelar que proibiu por 90 dias as empresas de restringirem a internet dos usuários após o consumo da franquia mensal de dados. A medida foi durante criticada pelos órgãos de defesa do consumidor por estabelecer condições nas

quais as teles poderiam sim restringir a banda larga após esse três meses. Na ocasião, o presidente do órgão regulador, João Rezende, chegou a admitir que “a era da internet ilimitada” havia chegado ao fim.

“Talvez Rezende tenha dado uma declaração descontextualizada. O usu-

ários que usam muito a internet para suas profissões, para jogar *on-line* e até mesmo para pirataria são exceções. Os planos oferecidos hoje pelas empresas atendem com tranquilidade a maioria dos usuários”, minimizou Figueiredo.

O ministro disse já ter conversado com uma

empresa - a Telefônica Vivo - sobre o termo de compromisso e prometeu contatar todas as outras ainda essa semana, apesar do feriado desta quinta-feira, 21. Segundo ele, o governo não oferecerá nenhuma contrapartida para as teles e a Anatel fiscalizará o cumprimento do acordo. (AE)

Proibição pode virar lei no Brasil

Brasília - Bastaram seis dias para que a ideia de pôr fim ao limite ou corte de velocidade à internet residencial alcançasse o apoio de mais de 20 mil pessoas. Por meio do Portal e-Cidadania, do Senado, a população reuniu as assinaturas *on-line* necessárias para transformar a ideia em uma Sugestão Legislativa que vai tramitar no Senado.

A Sugestão Legislativa é uma contribuição popular. Ela precisa ser avaliada em comissões do Senado para, depois, se tornar um projeto de lei. A Sugestão Legislativa que proíbe o corte de acesso à internet será examinada pela Comissão de Direitos Humanos.

O assunto da limitação da internet banda larga gerou grande mobilização nas redes sociais após algumas operadoras anunciarem que passarão, a partir de 2017, a cortar o acesso dos usuários que atingirem o limite de sua franquia de dados e oferecerão pacotes com franquias diferenciadas. O serviço seria semelhante ao que já é oferecido pela internet móvel, usado em aparelhos de celular, por exemplo.

Na segunda-feira, 18, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) suspendeu por 90 dias a implementação do corte e determinou que as operadoras informem os usuários sobre seus planos. No entanto, o presidente da agência reguladora, João Rezende, disse, em entrevista à imprensa, que as operadoras não têm mais condição de oferecer internet ilimitada.

Debate - O anúncio das operadoras de banda larga também incomodou alguns senadores. Walter Pinheiro (sem Partido-BA), um dos principais líderes no Congresso para a aprovação do Marco Civil da Internet - lei que destacou o Brasil mundialmente em 2014 -, vê como mais um absurdo o anúncio das operadoras.

“As operadoras já tinham adotado uma postura dessa na internet móvel. Agora é adotar efetivamente uma postura de cerceamento, uma violência ao Marco Civil da Internet, que é, na prática, você começar a limitar o uso da internet. É uma forma dissimulada de dizer que não estão cortando o conteúdo, que eu estão cortando uma quantidade de dados, mas isso é cortar conteúdo”, afirmou o senador.

Na manhã de quarta-feira, 20, senadores aprovaram um requerimento para a realização de uma audiência pública para discutir o tema. As comissões de Serviços de Infraestrutura, do Meio Ambiente, e de Ciência e Tecnologia vão se reunir para discutir as providências que devem ser tomadas para evitar problemas apontados pelos consumidores.

Serão convidados Eduardo Moreira, presidente da SindiTeleBrasil, que representa as empresas de telefonia, além de representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações e de órgãos de defesa do consumidor, como o Procon de Goiás e o Proteste. A data para realização da audiência pública ainda não foi definida. (AE)

Ministro considera ação um retrocesso

Brasília - Citando a hashtag #internetsem limites, que circula nas redes contra a franquia de dados na internet banda larga fixa, o ministro das Comunicações, André Figueiredo, foi às redes sociais na quarta-feira dizer aos internautas que buscará as operadoras para formar compromissos públicos de respeito ao usuário. “Queremos, primeiro, fazer com que os contratos vigentes não possam ser alterados, ou seja, quem tem franquia ilimitada vai continuar tendo franquia ilimitada.”

Nos acordos, que devem ser assinados já na próxima

semana, o ministro que também que as teles assumam o compromisso de continuar ofertando planos de franquia ilimitada, além daqueles com limites. “Não queremos que qualquer tipo de ação leve o Brasil ao retrocesso no acesso à internet. Se o Brasil quer possibilitar a universalização da banda larga, não podemos admitir de forma alguma que em nome de interesses meramente comerciais a gente venha a ceifar direitos.”

Figueiredo citou, ainda, a possibilidade de mudança do governo nas próximas semanas com o avanço do

processo do *impeachment*. Segundo ele, o trabalho continua “até onde for possível”. “Independentemente da nossa missão aqui no ministério, do tempo que ainda for durar, se duas ou três semanas, com certeza, estaremos sempre na luta para que a gente possa fazer das bandeiras que sempre empunhamos esta realidade para lutar contra muitas inverdades que estão sendo colocadas e muitas injustiças”, disse Figueiredo ao lançar os Planos Nacionais de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa. (AG)

Senado estudará formas de barrar decisão

São Paulo - O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), anunciou na quarta-feira que pediu à consultoria da Casa uma nota técnica sobre a possibilidade de uma resolução que derube portaria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que permite às operadoras de banda larga fixa executarem franquias de volume de tráfego de dados, impondo redução de velocidade ou interrupção do serviço quando esse limite for ultrapassado.

“Ainda sobre a decisão arbitrária da Anatel, pedi uma nota técnica à consultoria do Senado para saber se podemos apresentar um projeto de resolução para sustar os efeitos da portaria que limita a Internet banda larga fixa”, escreveu o senador em seu perfil no Facebook.

Na véspera, o líder peemedebista havia feito um discurso no Senado criticando a decisão da agência reguladora e declarações dadas

pelo presidente da Anatel, João Rezende, que defendeu a possibilidade das operadoras limitarem o serviço que vendem aos próprios clientes.

Rezende comparou na segunda-feira a internet a outros serviços de consumo “limitado”, como energia elétrica e água. “É importante dizer que na energia elétrica existe consumo limitado, na água existe consumo limitado e isso vale também para a internet”, afirmou Rezende, na ocasião.

“Ao agir desta forma, como bem lembrou o presidente da Ordem dos Advogados (OAB), Claudio Lamachia, a agência nada mais fez do que informar às telefônicas o que elas devem fazer para explorar mais o cidadão”, disse na ocasião o senador, que foi ministro das Comunicações entre 2004 e 2005, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Assim como eu, acredito que outros parlamentares

aqui desta Casa, estudiosos e técnicos do assunto, defendem a oferta de dados através de rede *wi-fi* sem limitações... não podemos retroceder nesse universo que é a internet e a troca de dados. Fazer isso é correr o risco de impor barreiras ao desenvolvimento do nosso povo. Do nosso País.”

A decisão da Anatel também será alvo de uma audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.

De acordo com a Agência Senado, serão convidados para a audiência Eduardo Moreira, presidente da SindiTeleBrasil, que representa as empresas de telefonia, além de representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações e de órgãos de defesa do consumidor. (Reuters)

Tarifação aumenta divisão digital

São Paulo - A venda de internet banda larga fixa com limite de consumo pode aumentar ainda mais o abismo digital no Brasil entre os que têm e os que não têm acesso à rede de alta velocidade. Quem tem não vai poder pagar o custo e vai sair da inclusão digital, representando um retrocesso para um País que, ao menos nesse campo, é reconhecidamente inovador. É o que afirma o presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net), Ludovino Lopes. Segundo ele, os consumidores menos favorecidos, que contratam pacote de internet básico em suas casas, serão os mais afetados pela decisão das operadoras de deixar de oferecer planos ilimitados para cobrar por franquia de dados. Eles teriam que pagar mais para ter acesso

ao YouTube ou Netflix, dois dos serviços de *streaming* mais consumidos pelos brasileiros.

“O Brasil é reconhecido internacionalmente por promover a inclusão, a liberdade e a diversidade na internet”, diz Lopes. “Implantar a cobrança por franquia é quase como voltar à época da internet *dial-up*, limitando a capacidade de acesso à cultura, à informação e a serviços *web*.”

Em março, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou os resultados de uma pesquisa de satisfação do consumidor de telefonia fixa, banda larga fixa e internet móvel pré e pós-paga. O serviço de banda larga fixa foi o mais mal avaliado.

No modelo que querem as operadoras, caso o limite da franquia seja ultrapas-

sado, a empresa poderá diminuir a velocidade e até cortar a internet. Além disso, o acesso ficará mais caro, pois os planos básicos oferecidos pelas operadoras dificilmente permitirão assistir a um filme *on-line*.

A ideia de cobrança por pacotes de consumo de dados - semelhante à que já ocorre com a internet móvel - começou em fevereiro, quando a Vivo anunciou que colocaria limite mensal no acesso à internet banda larga fixa em seus serviços de fibra ótica e ADSL. Ganhou força quando as operadoras Oi, Net, Claro e TIM aderiram à ideia. O assunto correu as redes sociais, esquentando o debate sobre a neutralidade da rede, um dos pontos do Marco Civil da Internet, aprovado em 2014, que carecem de regulamentação.